

FICHAMENTO – PET HISTÓRIA UFRRJ

Discente: Natally Chris da Rocha Menini

LEVI, Giovanni. “Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo.” In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. [PP.203-223]

P. 203 Giovanni Levi inicia o texto afirmando que o debate em torno da microhistória contribuiu para tornar os pesquisadores conscientes de que a escala dos fenômenos não está inscrita na realidade. Portanto, a escolha de uma escala de observação consiste na escolha de um instrumento analítico que não é neutro. Nesse sentido, ele argumenta que a escala é resultado de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa, afirmando que “o que vemos é aquilo que escolhemos fazer ver.”

Ao escrever sobre o ofício do historiador, ele enfatiza que o trabalho do mesmo apresenta duas características que em raras ocasiões são objeto de uma conceituação e que, no entanto, apresentam problemas alarmantes. A primeira delas corresponde à relação que o historiador possui com fatos do passado cujas conseqüências presume-se que se conheçam. O autor aponta que os encadeamentos causais levados em consideração na descrição e na explicação dos fenômenos não são invalidados como ocorre nos testes laboratoriais. Assim, a ligação construída entre um fato e outro é, nas palavras do autor, uma ligação voluntarista, uma vez que é criada pelo historiador segundo as normas do bom senso e da plausibilidade e não a partir de uma verificação suscetível de ser invalidada. Nessa perspectiva, ele afirma que “estamos na situação de um inquérito policial sobre um crime cujo autor seria conhecido desde o início.”

P. 204 O autor dá continuidade à sua análise sobre o ofício do historiador, desenvolvendo que a segunda característica relaciona-se à relação equivocada existente entre a comunicação dos resultados do inquérito, que necessita de uma exposição clara e simples, e a complexidade da realidade estudada. Levi destaca que optou por uma análise minuciosa da complexidade, uma vez que para ele, os procedimentos de generalização adotados na história são responsáveis por significações prenes de conseqüência ideológicas e até mesmo políticas. Nesses termos, ele critica a historiografia revisionista da Alemanha ressaltando que a mesma possui falsas analogias em nome do comparativismo.

Levi enfatiza que utilizará em sua análise, o exemplo do problema do consumo - segundo ele um exemplo de generalização mais neutro - para demonstrar que análises generalizantes simplificam de forma equívoca e arbitrária um problema crucial da história social.

P. 205 Levi analisa que Fernand Braudel construiu uma imagem globalizada do mundo mediterrâneo na época moderna, propondo uma série de pontos fundamentais que possibilitariam o estabelecimento de uma comparação em escala mundial. Assim, o autor afirma que não só *O Mediterrâneo* como também outras sínteses de Braudel apresentam uma versão funcionalista dos processos evolutivos.

O autor destaca que a difusão e a transmissão dos elementos da cultura material, são analisadas em sua lenta transformação, como fenômenos pouco conflituosos e tendo como consequência a mecanização das modificações por elas induzidas a longo prazo. O autor argumenta que os três volumes de *Civilização material, economia e capitalismo*, dissimulam uma visão simplista do mundo social e uma concepção mecânica dos fenômenos de difusão cultural entre países, bem como entre camadas ou grupos sociais. Em contrapartida, ele defende que "é por meio das diferenças mínimas nos comportamentos cotidianos que são construídas a complexidade social, as diferenciações locais nas quais se enraízam histórias que são elas mesmas irredutivelmente diferentes e nas quais se exprimem as capacidades inventivas dos homens."

P. 206 O autor argumenta que é em *As estruturas do cotidiano* que a leitura de Braudel se torna menos convincente, quando o mesmo opta por privilegiar a transmissão e a difusão, a inovação e a evolução ao invés de procurar definir as configurações mutáveis das transformações sociais e das transformações culturais. Nesse sentido, Levi sugere uma modificação da escala de observação tornando possível uma leitura segundo ele mais rica do que a de uma abordagem globalizante e do que a de um comparativismo em escala mundial.

Ele destaca a sua escolha por examinar o consumo na sociedade do Antigo Regime que segundo ele, foi objeto de um estudo ambíguo e incerto por parte não só de historiadores como também dos economistas, sociólogos e antropólogos. Levi destaca que há muitas razões para estudar o consumo, dentre elas, o comportamento dos consumidores e o que se chamou de "revolução" do consumo. Ele aponta três problemas que devem ter prioridade de abordagem: "a) a relação entre produção, distribuição e consumo; b) a afirmação de que o consumo só se torna uma realidade econômica dinâmica com o início da Revolução Industrial, seja ela entendida como

uma causa ou como um efeito; c) o fato de que ao falar de uma "revolução" do consumo (ou de consumismo, ou de materialismo moderno) aceitamos implicitamente a visão de uma sociedade integrada". Assim, o autor propõe uma tentativa diferente de leitura desses fenômenos com base nos resultados atuais de um trabalho em curso sobre os orçamentos familiares em Veneza entre os séculos XVI e XVIII.

P. 207 Levi aponta que a ênfase dada à Europa industrial e às suas transformações nos estudos relativos às relações de produção, distribuição e consumo (sob a perspectiva da longa duração), deformou o ponto de vista dos historiadores, contribuindo para diminuir o papel das organizações e dos conflitos do trabalho, bem como a importância das escolhas políticas e fiscais.

P. 208 Desenvolve o autor que a centralização do debate sobre a distribuição de renda no período da Revolução Industrial relaciona-se, de acordo com a concepção comum da historiografia, com a ideia de que o consumo de massa teve seu início ligado à intensificação da comercialização. Ele discorda dessa concepção argumentando que a forma pela qual a desigualdade de renda variou, é uma realidade crucial para a compreensão da dinâmica medieval e moderna. Nesse sentido, o autor afirma que se partimos do princípio de uma generalização da emulação social no interior de uma sociedade diferenciada segundo os níveis de fortuna ou classe, mas que partilha a mesma cultura do consumo, teremos resultados paradoxais. Ele ressalta que a generalização dos modos de consumo de uma elite para os demais grupos da população é um fenômeno relativamente recente e com início impreciso, desmontando a concepção que origina o século XVIII. Assim, o autor propõe considerar o longo período que preparou essa transformação e fazer do mesmo o objeto do seu estudo.

P. 209 Levi destaca que as estratégias de consumo (incluindo as das classes populares) são produtos de uma cultura complexa que não poderia ser reduzida a uma lógica da subsistência, da necessidade sem escolha, pois do contrário, as formas passadas de consumo correriam o risco de ser apreendidas de forma descontextualizada. Ele desconstrói assim, as duas ideias dominantes acerca da história do consumo - a primeira que postula que antes do século XVIII o consumo das classes populares submeteu-se às imposições de subsistência e a segunda referente à ideia corrente de que a estrita hierarquia das fortunas e das rendas era a única a frear e bloquear a imitação entre os diferentes grupos sociais. Levi argumenta que a leitura dessas premissas constitui uma visão materialista vulgar dos fenômenos de

consumo e tal visão de acordo com o autor, seria ao mesmo tempo errônea e superficial.

P. 210 O autor afirma que a partir de uma leitura neoclássica dos comportamentos e da relação entre produção, distribuição e consumo orientada para a hipótese de uma maximização quantitativa, a análise histórica move-se ao espaço da ficção científica onde, num dado momento da época da Revolução Industrial, os homens teriam sido subitamente tomados pela paixão de adquirir e ao mesmo tempo liberados das limitações tecnológicas do passado. Ele destaca que assim como escrevem Brewer e Porter, N. McKendrick e demais historiadores, essa matriz interpretativa propõe um segundo argumento que faz do consumo uma revolução, a concepção do "nascimento" da sociedade de consumo vinculado à intensificação das trocas comerciais na Inglaterra do século XVIII.

Em contraposição a essa matriz interpretativa, o autor defende ser necessário identificar o processo que preparou essa virada quantitativa, mencionando assim, uma longa fase de acumulação durante a qual, as forças produtivas não foram as únicas a evoluir, mas também evoluíram as formas culturais relacionadas ao consumo e às representações sociais dos recursos: "É necessário substituir um modelo estritamente quantitativo por um modelo qualitativo, partindo da hipótese de que a cultura de consumo é inseparável da realidade cujas transformações no tempo procuramos entender. Não é verdade que tenha existido um único modelo de consumo, comum às elites e às massas, cuja homogeneização teria sido determinada apenas pelo progresso econômico e tecnológico. É necessário, em compensação, entender como esse modelo pouco a pouco se unificou."

P. 211 Levi ressalta que a imagem da revolução do consumo como "feliz acontecimento" impede que se entenda o processo cultural subjacente aos comportamentos dos consumidores. Ele destaca como terceiro ponto a ser estudado, a hipótese difusionista, que consiste em imaginar uma descida social do consumo do topo em direção à base da escala social. Ele aponta que tal uniformidade dos comportamentos, assim como a regra da imitação social, não é ponto pacífico, uma vez que é preciso que os atores tenham razões para imitar.

Assim, ele destaca que "as sociedades medievais e modernas não eram estratificadas apenas em função dos níveis de fortuna ou das barreiras jurídicas que definiam estatutos. Sua segmentação se baseava também na existência de culturas, de estratégias de sobrevivência, de formas de consumo diferentes." Para Levi, não devemos imaginar a burguesia em busca do modelo aristocrático, os trabalhadores em

busca do modelo burguês, os mendigos do modelo do assalariado, etc. - sob pena de nos impedirmos de entender os fenômenos de mobilidade social. O autor justifica que o interesse básico de um estudo do consumo compreende o fato de que o mesmo nos obriga a levar em consideração "elementos culturais" que complicam nossa imagem de estratificação social.

P. 212 O autor argumenta "que as relações entre gerações, os estilos de vida, os pertencimentos étnicos e culturais, as tradições familiares dão origem a formas de solidariedade que não se sobrepõe àquelas baseadas nas relações de produção." Ele argumenta que através dessa perspectiva percebe-se que o estudo dos modelos de consumo torna-se decisivo, contribuindo para se entender em que palcos sociais atuam a inveja, a imitação, a solidariedade e o conflito.

Levi aponta que em raras ocasiões ocorriam pensamentos e ações que visavam uma transformação estrutural da sociedade como um todo, uma vez que as modificações eram lentas e resultavam inúmeras vezes inconscientemente. Sendo assim, uma notável variedade de micromudanças no interior dessa sociedade fragmentada ocorria. Para embasar sua análise o autor escreve que "para usar uma imagem, um mendigo aspirava antes a tornar-se o rei dos mendigos do que um comerciante pobre." Nessa linha interpretativa, Levi discorda de Weatherhill que ao analisar a introdução de novos bens de consumo, utiliza uma perspectiva de difusão progressiva de produtos como o chá e o açúcar.

Para Levi, o relevante é a coexistência de esferas separadas de consumo, nas quais a presença de especiarias novas teve uma importância limitada. O chá com açúcar, como assim observa o autor, apresentava significados distintos para os trabalhadores que os consumiam a fim de obter complementos alimentares em relação aos aristocratas que os tomavam no mesmo momento em seus respectivos salões.

P. 213 O autor, portanto, desconstrói a ideia de uma sociedade na qual o consumo seria unificado. Ele analisa a Lei de Engel e a dialoga com as formulações keynesianas (em ambas, o consumo é visto como a função da renda, a propensão marginal a consumir é positiva, mas inferior à unidade e decrescente em relação ao aumento da renda). Levi aponta existir uma dupla dificuldade ao medir a validade dessa hipótese. A primeira dificuldade encontra-se no fato de que a hipótese pode ser válida em termos de média, mas não em termos de orçamentos familiares particulares, uma vez que há uma notável dispersão dos comportamentos acerca da média. Já a segunda dificuldade, refere-se ao fato de que a análise de Keynes corresponde à

função global de consumo e também às variações da renda global e, logo, não leva em consideração os comportamentos individuais de consumo.

P. 214 Levi aponta que os orçamentos familiares registram a variação do consumo em função de diferentes tipos de rendimentos e não em função da evolução da renda global. Em diálogo com Duesenberry ele analisa que a variação dos comportamentos de consumo não é consequência da variação da renda absoluta, todavia da variação de renda relativa, da relação com os rendimentos das outras famílias. Assim, ele afirma que a relação entre consumo e renda é mais complexa do que demonstram as formulações keynesianas.

P. 215 Ele apresenta as hipóteses referentes à relação entre consumo e renda dos autores Modigliani, Duesenberry, Brumberg e Friedman, afirmando que não é fácil colocar à prova tais hipóteses para uma sociedade do Antigo Regime, bem como há dificuldade em medir o nível dos rendimentos, suas variações, a evolução dos consumos ao longo do tempo e ao longo do ciclo da vida a partir de documentação fragmentária. Segundo Levi, embora sejam cruciais para os historiadores sociais e economistas, essas questões não foram colocadas. O autor ressalta a necessidade de reinserir a questão do consumo na pluralidade complexa dos modelos e práticas culturais e sociais, já que o mesmo desempenha um papel determinante na afirmação das fronteiras entre ordens e grupos sociais.

P. 216 Levi ressalta ser importante descobrir a relação entre as formas de consumo e a segmentação da estrutura social no que diz respeito às lógicas que comandam os comportamentos, diferenciando-as no interior da mesma sociedade. Ele atribui relevância à pluralidade de significações, aos elementos subjetivos que impulsionam as escolhas, às oportunidades e expectativas que contribuem para diferenciar a valorização social dos bens das diversas esferas sociais e culturais. Nessa perspectiva, Levi utiliza-se de resultados de sua pesquisa sobre orçamentos familiares em Veneza durante os séculos XV e XVIII para demonstrar os problemas, tendo como fonte balanços familiares concernentes na sua maioria, às famílias aristocráticas que conservam seus livros de contas em seus arquivos. Ele aponta como primeira diferenciação entre consumo e despesas, o fato de na idade moderna, inúmeros bens não ter sido adquiridos por meio de transações mercantis, todavia pelo autoprovimento, pagamento de salários em mercadorias, via caridade ou por intermédio de formas de cooperação recíproca.

Pg. 217 Ele desenvolve através do exemplo da difusão do milho na Venécia, e do chá com açúcar em detrimento do pão na Inglaterra industrial, que é importante não tirar conclusões mecanicamente positivas da multiplicação e diversificação dos recursos disponíveis, uma vez que o determinante são as formas da apropriação nos diferentes meios sociais. Outro ponto ressaltado é a importância da caridade na economia doméstica dos mais pobres, que introduz nas despesas um elemento irregular não considerado na progressão dessas segundo a Lei de Engels.

P. 218 Levi ressaltava também, o predomínio de um sistema difuso de crédito informal e de pequena escala, visando a obtenção de empréstimos, o que leva a explicar a existência de bens de alto custo – como tecidos de qualidade, lençóis, jóias de valor – nos inventários e/ou nas contas de venezianos pobres.

P. 219 O autor apresenta o estudo a partir de dois balanços familiares feitos em torno de 1620 que contém livros de contas que cobrem mais de 10 anos da gestão diária das despesas de cada um dos filhos.

P. 220 Através da análise dos dados contidos no quadro da página 221, Levi conclui que a maior rigidez do sistema econômico e das estruturas sociais, aumentou a importância relativa da parte transmitida pelas gerações sucessivas.

P. 222 Giovanni Levi em diálogo com Becker e Tomes, conclui que na longa duração passa-se de uma estratégia de diferenciação das despesas entre os herdeiros homens de uma mesma família, para uma tendência igualitária buscando condicionar aos filhos um início de vida comparáveis. A segunda conclusão evidenciada pelo autor consiste na concepção de igualdade das condições e das possibilidades oferecidas aos meninos e meninas como um processo de duração ainda mais longa. Ele evidencia um duplo problema que consiste de um lado, à diferença dos consumos para cada setor que permaneceu forte até a contemporaneidade e, de outro, à transformação demasiada lenta da sociedade e dos sistemas de valores.

P. 223 O autor resume que tratam-se de processos longos e culturalmente complexos, não passando por uma ruptura definitiva. Ele assinala que as escolhas mesclam preocupações patrimoniais e prestígio familiar, aspectos psicológicos e traços culturais e sociais, que remetem a uma concepção de mundo ou determinam o estatuto das mulheres e dos homens. Ele conclui que os estilos de vida e os objetivos e expectativas são bastante diferenciados no interior de uma mesma sociedade.

P. 224 Ao desfechar sua análise, Giovanni Levi conclui que os consumos tendem a se igualar e que as barreiras entre os grupos sociais progressivamente desapareceram. Segundo o autor, portanto, para compreender essa transformação, é necessário estudar as modalidades do consumo, assim como a evolução dos estilos de vida e dos valores sociais, desconstruindo assim a leitura da “revolução do consumo” como um acontecimento feliz.